

DADOS ABERTOS E A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO PILOTO.

Normaci Correia dos Santos Sena¹
Raymundo das Neves Machado²

INTRODUÇÃO

O artigo ora analisado integra uma pesquisa em andamento que tem por objetivo caracterizar, com base na literatura da Ciência da Informação, o papel dos profissionais da informação à luz da Política de Dados Abertos (PDA), assim como sua atuação na aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação (LAI).

A busca desse referencial justifica-se pelo fato de que a participação de profissionais da informação - na implementação e continuidade das políticas públicas de informação referentes ao acesso à informação pública – se faz necessária ao tratamento das informações públicas na Web, bem como ao cumprimento do seu papel social.

A democracia brasileira é estruturada pelos poderes Executivo (administra o Estado), Legislativo (legisla e fiscaliza) e Judiciário (aplica as leis). Ainda que sejam complementares, o Poder Legislativo tem como função primordial defender os interesses da população, em particular, e dos diferentes segmentos sociais em geral, e isso justifica esse poder como superior aos demais. O avanço de políticas públicas de informação, no Brasil, tem facilitado a comunicação entre governo e sociedade, apesar da invisibilidade das informações no âmbito legislativo ser ainda contundente, o que fortalece os atos corruptivos.

Cabe, portanto, uma atuação mais acentuada dos profissionais da informação na inserção da aplicabilidade de políticas públicas não apenas nos legislativos, mas em todo ambiente público, cuja informação seja de caráter público. Assim, este estudo poderá contribuir para os profissionais da informação atuantes nas unidades de informação pública, além de servir de referência para futuros trabalhos no campo de políticas públicas de informação.

¹ Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, e-mail: normaci.correia@yahoo.com.br

² Professor orientador: Doutor em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Professor Associado do Departamento de Fundamentos e Processos Informacional do Instituto de Ciência da Informação/UFBA, e-mail: raymacha@ufba.br.

O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DE DADOS ABERTOS.

A concepção de Governo Aberto, no século XVIII, esteve associada ao direito de acesso à informação pública, mas ao longo do tempo esse termo foi se ampliando e referindo-se também à transparência, à *accountability*, à responsabilização dos governos pelas suas ações, a participação do cidadão nos processos políticos e à criação colaborativa de valor público (GÜEMES; RAMÍREZ-ALUJAS, 2012; YU; ROBINSON, 2012).

Um governo aberto vai além da transparência, da publicação de dados e informações públicos, ou seja, requer que todos tenham acesso não apenas às atividades do governo, mas também ao espaço onde as decisões são tomadas, o que, de certo modo, está relacionado a uma participação e colaboração mais ampla da sociedade (CHAPMAN; HUNT, 2006, tradução livre).

Assim, compreendem-se dados abertos como o compartilhamento de informações em formato bruto e aberto. Isto se dá quando as publicações e a disseminação de informações na internet encontram-se em formato bruto aberto, de modo a torná-las acessíveis a todos e permitir sua reutilização; além disso, amplia a transparência do governo, criando melhores possibilidades de controle das ações governamentais e não se limitando apenas ao combate à corrupção e ao controle de gastos, mas também à qualidade das informações disponibilizadas para avaliar as políticas públicas.

Nesse contexto, a rapidez das tecnologias de informação e comunicação justifica a incerteza do campo de atuação dos profissionais da informação e, muitas vezes, essa dificuldade se dá pela própria interação, sem delimitação de papéis. Dessa forma é importante conhecer os atores e o papel de cada profissional da informação. Entre os atores que fazem parte desses profissionais da informação incluem-se “[...] os bibliotecários, os arquivistas e os mestres e doutores formados nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação.” (MUELLER, 2004, p. 24), incorporam-se a eles: os bibliógrafos, os cientistas da informação, pessoal envolvido com jornalismo e editoração e, ainda, os envolvidos com o gerenciamento da informação (MIRANDA, 2004); e ainda: museólogos, profissionais das áreas de tecnologia, educação, cultura e gestão da informação (ARAÚJO, 2014).

METODOLOGIA

Neste estudo, a metodologia adotada foi de natureza qualitativa-exploratória, utilizando como instrumento de coleta de dados o questionário online por considerar a vida

dinâmica individual de cada respondente. A pesquisa qualitativa, além de descrever os dados, constrói argumentos explicativos e permite questionamentos acerca dos dados. Já a exploratória forneceu informações que irão ampliar a familiaridade do profissional da informação com o assunto da pesquisa, dando fundamento à construção de novas ideias. Para a análise qualitativa foi aplicado o questionário online criado no *GoogleForm* e remetido aos endereços eletrônicos, possibilitando a melhor catalogação das respostas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998).

Esse instrumento segue o modelo da Escala Likert que é uma escala de classificação somatória desenvolvida por Rensis Likert (1903-1981) com o objetivo de expressar atitudes favoráveis ou não, em relação ao objeto de interesse, no caso desta pesquisa, a contribuição ou não dos profissionais da informação na política de dados abertos. O questionário foi composto por 20 proposições que foram classificadas a cinco categorias a fim de atender ao delineado deste estudo, sendo elas: (a) conhecimento, (b) transparência, (c) responsabilidade social, (d) acessibilidade e (e) colaboração/participação do profissional da informação no contexto de dados abertos (SANCHES; MEIRELES; DE SORDI, 2011).

A coleta dos dados do estudo piloto se deu com oito profissionais da informação que responderam ao questionário, tendo por critério a atuação destes em unidades de informação em órgãos públicos. E com base nas suas contribuições, a versão definitiva foi submetida à população real (profissionais da informação dos legislativos da cidade de Salvador, Bahia).

O estudo piloto tem o caráter experimental e é aplicado a uma pequena amostra, a fim de averiguar aspectos funcionais, de modo a corrigir e/ou melhorar eventuais problemas, antes da aplicação definitiva. Assim, com o *feedback* do teste piloto foi possível observar se a redação das questões estava clara e concisa para todos os questionados. Este estudo piloto foi aplicado a 11 participantes de diversas áreas da Ciência da Informação: Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e atividades afins que atuassem em repartições públicas na Bahia, perfazendo uma amostra de oito respondentes.

Em seguida foi colocada em prática a proposta de análise de Sanches, Meireles e Sordi (2011), onde se reporta ao grau de diferencial semântico para representar a opinião do respondente, descrevendo número de discordantes e concordantes de cada proposição. Os autores propuseram um método a fim de calcular e interpretar os Concordantes (Cp) e os Discordantes (Dp) das proposições – medindo-se o posicionamento dos respondentes de

acordo com as afirmações do questionário. O Cp se dará da seguinte forma: serão somados os valores das colunas CT e CP somado a 50% do valor de “I”. Da mesma maneira será feito o cálculo dos discordantes das proposições (Dp). Posteriormente estabeleceu-se um indicador de grau de concordância da proposição (GCp), entre os respondentes com o intuito de evitar erros de divisão (SANCHES; MEIRELES; DE SORDI, 2011). Para a compreensão dos valores, utilizou-se a interpretação exposta por Davis (1976) e adaptada por Sanches, Meireles e Sordi (2011) para a qual foram adotados apenas os valores positivos que poderiam ser utilizados para o objetivo deste estudo – o de traduzir a GCp.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Considerando os dados obtidos, do total de oito respostas que compõem a categoria “Conhecimento”, concordam com a proposição Cp=28,5, ao modo que Dp=19,5 das respostas discordam da proposição. Pode-se inferir que há uma concordância desprezível, conforme o GCp com relação a todas as proposições desta categoria. No que tange à categoria “Transparência”, os dados revelam que a concordância para essa categoria é de Cp=22; enquanto Dp=2 responderam discordando das proposições apresentadas, o que equivale dizer que há uma concordância muito forte. A respeito da categoria “Responsabilidade Social”, obteve-se unanimidade de concordância Cp=16, e não houve discordância Dp=0, assim o GCp revelou uma concordância muito forte. Sobre a categoria “Acessibilidade”, os resultados demonstraram uma concordância desprezível em relação às proposições, obtendo Cp=11,5 de concordância e Dp=12,5 de discordância.

A última categoria analisada foi “Colaboração/Participação” e esta revelou uma concordância das proposições Cp=35 dos respondentes, sendo que a discordância (Dp) foi 13; assim o GCp indicou uma concordância moderada das proposições apresentadas.

Considerando as respostas obtidas no questionário, foi construído o grau de crença que manifesta o nível de aceitação ou de rejeição de uma dada proposição pelo profissional da informação em relação a cada categoria. Com base na proposta de Da Costa e colaboradores (1999, p.19), acerca das categorias apresentadas, as lógicas paraconsistentes estão relacionadas a certo reticulado completo denominado Quadrado Unitário do Plano Cartesiano (QUPC). Para eles, uma dada proposição de crença μ_1 e descrença μ_2 , constitui-se o par $(\mu_1; \mu_2)$ que pertence ao produto cartesiano $[0,1;0;1]$ no QUPC. Os valores de crença μ_1 e descrença μ_2 , podem ser quaisquer no intervalo fechado $[0;1]$, destacando-se os seguintes

pares $(\mu_1; \mu_2)$: (0;0): falta total de crença e descrença (indeterminação); (1;1): crença e descrença máximas (inconsistência); (1;0): crença total e nenhuma descrença (verdade); (0;1): nenhuma crença e descrença total (falso).

Assim, a partir do grau de crença (G_C), é possível estabelecer o grau de contradição (G_{CT}) e o grau de certeza (GC) de cada assertiva que é feito da seguinte forma: $GC = \mu_1 - \mu_2$ e $G_{CT} = \mu_1 + \mu_2 - 1$, respectivamente. Os valores de grau de crença e de descrença são independentes e assim é possível qualquer variação no intervalo fechado entre 0 e 1. Utiliza-se, portanto, a rede lógica OR e AND apropriada para converter os graus de crença e descrença em graus de certeza e contradição nos conectivos de tipo OR em que a saída é o maior valor das duas entradas e nos conectivos do tipo AND a saída é o menor valor das duas entradas. Esses valores são posicionados no QUPC para uma interpretação gráfica. De acordo com Da Costa (1999), através do reticulado com os valores dos graus de certeza e incerteza e sendo explorado no QUPC possibilita que os valores limites de controle sejam variados externamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações oriundas dos profissionais da informação, que podem ser conflitantes e imprecisas, foram organizadas no QUPC que sintetizou o grau de crença (GC) e o grau de contradição (G_{CT}) das proposições analisadas. Observou-se que para as três categorias (Conhecimento, Acessibilidade e Colaboração/Participação), os dados obtiveram a região “indeterminado, tendendo verdadeiro”, o que indetermina a sua inviabilidade dos resultados, pois caíram em uma região duvidosa. Contudo, as categorias “Responsabilidade social” e “Transparência”, ficaram numa região em que demonstraram totalidade Verdadeiro e Falso, respectivamente.

Como se trata de uma análise do teste piloto, com resultado indeterminado, sugere que novas pesquisas sejam feitas numa tentativa de que as evidências sejam mais contundentes. Mesmo assim, é possível perceber, pelos dados, uma pequena ou nenhuma participação dos profissionais da informação no contexto de dados abertos e que o conhecimento sobre essa temática ainda é insuficiente, o que implica a um insciência das formas de atuação do profissional da informação na inserção dessas políticas e um conformismo com suas habilidades e competências restritas aos ambientes (espaço) informacionais. Nesse campo, a literatura no campo da Ciência da Informação e áreas afins mostra que é possível a conduta de profissionais nesse processo.

A partir da análise desse teste piloto acerca do tema em questão, será possível desenvolver um molde das possíveis atuação do profissional da informação no contexto de dados abertos, como o que será explanado na dissertação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos ; São Paulo : Associação Brasileira de Profissionais da Informação, 2014.

BRASIL. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 10 dez. 2016.

CHAPMAN, R. A.; HUNT, M. **Open government in a theoretical and practical context**. Aldershot: Ashgate, 2006.

GÜEMES, M. C.; RAMÍREZ-ALUJAS, A. V. Gobierno abierto, reforma del Estado y modernización de la gestión pública: alcances, obstáculos y perspectivas en clave Latinoamericana. In: HOFMANN, A.; RAMÍREZ-ALUJAS, A. V.; PEREZNIETO, J. A. B. (Org.). **La promesa del gobierno abierto**. México, DF: Instituto de Acceso a la Información Pública y Protección de Datos Personales del Distrito Federal, 2012.

MIRANDA, A. C. Introdução: duas abordagens no processo de definição do profissional da informação à guisa de apresentação. In: BAPTISTA, S. G. ; MUELLER, S. P. M. (Org.). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 15-19.

MUELLER, S. P. M. Uma profissão em evolução: profissionais da informação sob a ótica de Abbott - proposta de estudo. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. (Org.). **Profissional da informação: espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 23-54.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

SANCHES, C.; MEIRELES, M.; DE SORDI, J. O. Análise qualitativa por meio da lógica paraconsistente: método de interpretação e síntese de informação obtida por escalas Likert. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 3., 2011, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: Anpad, 2011. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2011/ENEPQ221.pdf. Acesso em: 30 ago. 2016

YU, H.; ROBINSON, D. G. The new ambiguity of —open government|. **UCLA Law Review Discourse**, Los Angeles, v. 59, p.178-208, 2012.

Palavras-chave: Profissionais da Informação. Dados Abertos. Lei de Acesso à Informação. Lógica paraconsistente.